

TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS DOS ALUNOS DO NÚCLEO AVANÇADO CENTRO DE ESTUDOS SUPLETIVOS (NACES) CEFET CAMPOS

Queila Cristina da Silva Moraes*
Sheila Cabral Viana**

O presente artigo é resultado de uma pesquisa qualitativa realizada no ano de 2003, com alunos do NACES que interromperam seus estudos devido à entrada precoce no mercado-de-trabalho. Este estudo teve como objetivo analisar as trajetórias ocupacionais desses alunos, considerando os aspectos que os levaram a abandonar os estudos; as características do mercado de trabalho onde atuaram; a rotatividade desses trabalhadores no mercado; as necessidades que exigiram um melhor nível de escolaridade encontradas no mundo do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho. Direito à educação. Empregabilidade.

* Assistente Social CEFET Campos. Mestre em Educação UFES. E-mail: queila@cefetcampos.br.

** Estagiária de Serviço Social CEFET Campos

1 INTRODUÇÃO

A configuração da Educação de Jovens e Adultos (EJA) como campo de ação do CEFET Campos tem uma história muito recente. A experiência educativa com jovens e adultos delineia-se a partir do desenvolvimento de três pontos básicos: 1) da inserção do nível básico de ensino na instituição, cujo objetivo atrelava-se à qualificação e requalificação de trabalhadores por meio de cursos de curta duração, com estrutura curricular flexível, tendo como referência o decreto 2.208/97; 2) da implantação do Projeto Crescer que destinava-se a servidores e dependentes, propiciando a oportunidade de conclusão do ensino fundamental e médio, mediante convênio com a Secretaria Estadual de Educação/Centro de Estudos Supletivos (CES) e Gerência de Recursos Humanos/CEFET. O raio de ação deste projeto, em 2001, amplia-se incorporando alunos oriundos da comunidade em geral e transforma-se no NACES; 3) e, a partir de 2003, da constituição das turmas de letramento, possibilitando o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita articulada à visão crítica de mundo.

O NACES é uma escola de ação supletiva que está localizada nas instalações do CEFET Campos, englobando o nível fundamental (5^a a 8^a série) e médio. Conta com professores do CEFET Campos e técnicos da esfera estadual e da federal. O ensino, diferentemente do da escola regular, realiza-se por meio do estudo de módulos (instrumentos didáticos de auto instrução) e do acompanhamento individualizado realizado pelos professores, orientadores da aprendizagem, nos plantões tira-dúvidas. Após o estudo dos conteúdos referentes a cada módulo o aluno presta avaliação, cujo percentual de acerto deve ser de 80%. O curso é semi-presencial. O aluno estuda em casa e deve comparecer no mínimo quatro vezes por mês para tirar suas dúvidas nas sessões de estudo ou para fazer

as avaliações. Ele caminha no seu próprio ritmo de desenvolvimento. É preparado para assumir responsabilidade com sua educação, desenvolvendo habilidades com a assistência do orientador pedagógico, que, com ele, planeja o curso e informa a dinâmica do processo e do professor da disciplina escolhida. A matrícula é efetuada por disciplina, a partir dos 14 anos para o ensino fundamental e 18 anos para o ensino médio, após a apresentação de documentos e entrevista com o professor responsável. Portanto, a concepção de ensino-aprendizagem é marcada fortemente pela individualidade das ações.

A intervenção do serviço social no campo da EJA prioriza duas dimensões. Uma voltada para a criação de espaços de discussão, de troca de experiências e saberes, envolvendo profissionais e alunos do NACES e da alfabetização de jovens e adultos, numa perspectiva interdisciplinar, cujos pressupostos básicos envolvem a construção de uma prática cidadã, participativa, autônoma e ética. Sob este ângulo, a intervenção assume um caráter sócio-educativo, priorizando práticas coletivas, como oficinas e mini-cursos, que possibilitam aos usuários reflexões acerca de si mesmos e do mundo em que estão inseridos. A outra dimensão vincula-se à pesquisa como campo que propicia uma aproximação com o modo de vida, com as experiências, as práticas cotidianas e com as histórias de vida dos alunos que ingressaram na EJA. A pesquisa que ora abordamos é fruto desta dimensão, sendo crucial para o desenvolvimento de dois minicursos sobre *Ética, Cidadania e Trabalho* desenvolvidos no final de 2003 e no primeiro semestre de 2004.

A pesquisa - *Do trabalho que expulsa da escola ao trabalho que conduz à retomada dos estudos: analisando trajetórias ocupacionais dos alunos do NACES* – foi realizada de maio a outubro de 2003 e teve como propósito conhecer a trajetória ocupacional dos trabalhadores que estão inseridos no NACES/CEFET Campos, especialmente daqueles que tiveram o trabalho como fator de abandono escolar.

Esta pesquisa foi qualitativa, sendo assim, não priorizamos a verificação das regularidades, os processos quantificáveis, as técnicas de mensuração que conduzem à construção de leis gerais. Na pesquisa qualitativa a ênfase recai sobre a “análise dos significados que os indivíduos dão as suas ações, no meio ecológico em que constroem suas vidas e suas relações, à compreensão do sentido dos atos e das decisões dos atores sociais, ou então dos vínculos indissociáveis das ações particulares com o contexto social em que estas se dão.” (CHIZZOTTI, 2000, p. 78). Há, portanto, uma grande interação entre o pesquisador e o pesquisado.

As questões centrais que nortearam a pesquisa remetem aos seguintes pontos: em que momento da vida os alunos tiveram a necessidade de entrar no mundo do trabalho? Quais foram os motivos? Ao longo de suas trajetórias ocupacionais, quantos e quais foram seus empregos? De que forma deu-se a inserção neles? Em sua maioria eram empregos formais ou informais? A questão do baixo nível de escolaridade levou à perda de algum emprego? Dificultou uma mobilidade social ascendente no emprego? O que levou esses alunos a retomarem os estudos?

Como instrumento de coleta de dados foi utilizada a história de vida, dando ênfase a determinada etapa da vida pessoal e visando descobrir o ponto de vista de cada sujeito quanto ao tema proposto. É pela história de vida que se obterá um maior aprofundamento quanto às trajetórias ocupacionais dos alunos, permitindo revelar o ambiente intangível dos acontecimentos que fazem parte de suas experiências. Conforme Minayo (1999, p. 126) a história de vida “é instrumento privilegiado para se interpretar o processo social a partir das pessoas envolvidas, na medida em que se consideram as experiências subjetivas como dados importantes que falam além e através delas”. Na forma de “entrevista prolongada” há constante interação entre pesquisador e informante, além de combinar observação, relatos introspectivos de lembranças e relevâncias, bem como roteiros centrados em temas (MINAYO, 1999).

Para a realização da pesquisa, selecionaram-se dez alunos que tiveram o trabalho como fator de abandono escolar. Utilizou-se um roteiro de perguntas e um gravador para registrar as falas do sujeito. Após a realização das entrevistas, estas foram transcritas e, posteriormente, foram feitas as análises do conteúdo das falas dos sujeitos.

Constatou-se que muitos destes sujeitos excluídos e com precariedade em condições de trabalho e educação procuram no ensino supletivo uma solução para resgatar o tempo perdido e conquistar uma melhor posição no mundo do trabalho. São sujeitos que tiveram em suas vidas motivos que os levaram à privação ao direito à educação, sendo obrigados a entrar precocemente no mercado de trabalho, mas que em toda sua trajetória ocupacional depararam-se com situações que os levaram a decidir pela necessidade de uma reinserção escolar.

2 TRABALHO X TRAJETÓRIA ESCOLAR

O mundo do trabalho após a inserção de novas tecnologias e inovações em sua gestão, postas pelo novo padrão de acumulação capitalista, sofreu mudanças que acarretaram a exigência de um novo tipo de profissional, requerendo uma maior qualificação. A escolaridade torna-se um atributo incontestável.

Em conseqüência de tais mudanças, o que se tem visto é a expulsão de um contingente enorme e cada vez maior de trabalhadores no mercado de trabalho, aumentando assim a exclusão e a miséria. Apesar da baixa escolaridade não ser o fator essencial

da elevação do desemprego, na atual conjuntura já está claro que as chances de precarização e exclusão no mercado de trabalho sobem para aqueles que não tiveram o direito à educação.

Mediante esta pesquisa, constatou-se que os trabalhadores entrevistados, englobando tanto mulheres quanto homens, iniciaram suas trajetórias ocupacionais ainda muito jovens. A faixa etária varia entre os 13 e 19 anos, todos em plena idade escolar.

Tais alunos, em grande parte, cursam o ensino médio e, reconhecendo a enorme necessidade de uma formação escolar, dedicam-se, ainda que diante de muitas dificuldades, ao ensino supletivo. Prova disto são os poucos módulos que faltam para serem cursados, ou seja, a maioria está bem próximo da conclusão do curso.

O início precoce no mundo do trabalho mostrou uma estreita relação com as dificuldades vividas pelas famílias dos entrevistados.

Para essa parcela excluída ao direito à educação, o trabalho é a chave para superar as dificuldades e o único meio encontrado para garantir a sobrevivência. De acordo com o relato dos entrevistados, a entrada precoce ao mercado de trabalho não foi uma escolha e sim uma única saída, para solucionar os problemas, como afirma a fala dos entrevistados:

[...] meu pai chegou para mim e disse: você vai ter que parar de estudar para ajudar em casa e eu fui praticamente arrancado da escola. (sujeito 2);

[...] eu tive que parar porque eu tive que fazer uma

opção, se eu continuasse a estudar eu ia ter falta de algumas coisas básicas. (sujeito 4);
[...] aí tinha que trabalhar para sustentar a família, aí fui obrigado a abandonar os estudos. Para ajudar a família eu tive que abandonar[...] (sujeito 7).

Apesar de os entrevistados iniciarem uma vida precoce no mundo do trabalho devido a necessidades básicas, surge uma outra razão que é a independência financeira, como diz um dos entrevistados: “[...] eu queria trabalhar, ter meu dinheiro e até ajudar em casa” (sujeito 5).

A exclusão social é resultado dos desdobramentos do modo de produção capitalista. Diante dessa realidade cabe aos indivíduos encontrar estratégias de sobrevivência, já que o Estado não assume a formulação, implantação e implementação de políticas inclusivas. É preciso que haja um reconhecimento dos direitos humanos, dentre eles, a educação, que é proclamada como direito social, mas que não é ainda uma garantia para todos. O direito à educação leva a uma redução no nível da exclusão, pois vista como direito, ela se torna um instrumento de luta criando condições propícias para uma sociedade mais igual e menos injusta.

O que se vê é uma divergência entre a defesa da inclusão, que proclama o direito à educação escolar, e a realidade concreta, que ainda exclui muitos indivíduos do exercício da cidadania. A importância da educação foi sempre enfatizada, mas não totalmente efetivada, segundo Cury (2002): “[...] temos milhões de jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de entrar na escola ou dela tiveram que se evadir mais cedo, por condições de sobrevivência ou por repetência”.

A análise do autor retrata a perda do direito à educação e afirma que uma grande parcela é excluída de um pré-requisito da liberdade civil, conduzindo conseqüentemente, à falta de participação consciente dentro da sociedade.

As condições vividas pelos indivíduos obrigam-nos a percorrer caminhos que levam à perda do direito à educação, isto porque para alguns o trabalho é a única alternativa que possibilita o seu desenvolvimento e envolvimento com o mundo, fortalecendo o seu significado enquanto ser social. Sendo assim, o trabalho mostra-se como elemento fundante na vida do homem e também da mulher e, como afirma Antunes (1995, p. 122), “o trabalho é o motor decisivo do processo de humanização do ser humano”. Essa visão de participação social por meio do trabalho pode ser observada, conforme o relato a seguir: “[...] só com o estudo eu não ia ter como sair todo fim de semana com meus amigos, por isso tive que trabalhar” (sujeito1).

Apesar da importância do trabalho na vida do ser humano, deve-se compreender que a educação é um mecanismo que possibilita ao indivíduo uma oportunidade de autoconstrução e de se reconhecer como ser capaz de tomar decisões.

O mercado de trabalho brasileiro na década de 60 possui um acelerado processo de industrialização, ocorrendo no meio urbano uma elevação do assalariamento e da formalização das relações contratuais, mas ao mesmo tempo, surgem inúmeras formas de inserção precária englobando, nesse contexto, autônomos e trabalhadores sem carteira assinada em ocupações sem regularidade.

A partir dos anos 80, o Brasil sofre uma onda de transformações conhecidas como reestruturação produtiva, que já vinha ocorrendo, desde o início dos anos 70, nas principais economias mundiais. Esse processo engloba mudanças no paradigma de produção, antes centrado no fordismo, cujas principais características são a produção em massa, a separação entre elaboração e execução, a verticalização das relações de produção. Atualmente, a reestruturação produtiva tem como base regimes mais flexíveis de produção atendendo demandas cada vez mais

específicas e diversificadas. Conta com uma mudança essencial em sua base técnica, que incorpora os avanços da microeletrônica e da revolução informacional. As relações de produção são horizontalizadas, exigindo trabalhadores multifuncionais e polivalentes.

O novo paradigma da flexibilização produtiva, que está baseado no desenvolvimento de novas tecnologias e na estrutura administrativa e de recursos humanos, trouxe consigo inúmeras conseqüências. Uma delas é a transformação do mercado de trabalho, diminuindo mão-de-obra e não criando novos postos de trabalho. Com isso, o aumento do desemprego tem permeado todas as categorias profissionais, principalmente aquelas menos qualificadas. O resultado que se tem é a flexibilização das relações de trabalho, a ligação entre salário e produtividade, o aumento do trabalho subcontratado e a redução das proteções sociais. O aprofundamento desse processo na década de 90 leva a um violento ajuste quantitativo do mercado de trabalho formal associado a novas exigências no perfil da força de trabalho.

Aos jovens de ensino de suplência, especialmente aqueles que sofreram a interrupção dos estudos para uma inserção precoce no mundo do trabalho, a falta de qualificação surge como uma das razões que levam a uma inserção precária no mercado de trabalho. O discurso burguês da falta de escolaridade e de qualificação profissional como causa do desemprego é incisivo. O que existe é falta de emprego e isso não se resolve apenas com educação. Com a crise do emprego, o resultado que se tem são trabalhos desqualificados, precários, sem direitos e garantias. Isso se torna presente na realidade do entrevistado a seguir:

[...] nenhum, tudo contrato. Até o que eu estou atualmente é contrato, eu não sou servidora pública, eu sou prestadora de serviço, quer dizer: não é nem

um contrato, é prestadora mesmo de serviço. Sou ninguém, é menos ainda de que um contrato, é um ninguém. (sujeito 5).

Em decorrência das poucas oportunidades de trabalho no mercado formal, cada vez mais surgem trabalhos autônomos e precários como alternativa ao desemprego e aos baixos salários. Para alguns trabalhadores é o único meio de sustento e para outros uma renda complementar, conforme informam outros entrevistados:

[...] apesar de ser funcionário público, nas horas vagas eu ainda trabalho de pedreiro, pintor, bombeiro hidráulico. Eu faço muita coisa de obra. (sujeito 2);
[...] eu acabei trabalhando para mim mesmo, mas não tem sido tão bom, só que para mim me segurar no momento e ajudar a minha família... (sujeito 1).

Com a intensificação do uso da ciência e tecnologia, o mercado de trabalho passa a exigir do trabalhador o desenvolvimento de competências cognitivas e sócio-atitudinais. Mesmo para a elaboração de tarefas mais simples são selecionados trabalhadores mais críticos e criativos, além de novos comportamentos devido às novas formas de gestão do trabalho.

O que ocorre é a exigência de um trabalhador com atributos cognitivos, sócio-motivacionais e éticos. São essas características que vão definir a empregabilidade. A certificação escolar que garantiu no passado a inserção e permanência no emprego, nos dias de hoje já não basta. Como afirma Kuenzer (2000, p. 359) “[...] empregabilidade, entendida como adequação aos postos ainda existentes, [...] depende de diferenciação e sofisticação de trajetórias, a partir de uma base comum de conhecimentos”. Constatase, assim, que a contribuição escolar não

é suficiente se o indivíduo não se preocupa em desenvolver a autonomia intelectual e ética. A partir dessa análise entende-se que somente a educação não resolve o desemprego.

Em decorrência da exigência do mercado por um novo perfil de trabalhador, fica claro que quem não desenvolver competências cognitivas que levam a utilizar o conhecimento das mais variadas formas, para criar soluções para problemas relativos às relações sociais e produtivas, estará possivelmente excluído. Esta exigência leva inúmeros trabalhadores a encontrarem dificuldades para manter um emprego ou ocupação, aumentando, portanto, sua rotatividade, como relata o entrevistado: “Trabalhei como babá, como cozinheira, depois trabalhei como arrumadeira no motel [...]. Depois trabalhei em posto de gasolina, na lanchonete cozinhando também” (sujeito 3).

A escolaridade é uma condição necessária, apesar de não ser suficiente para a inserção no mercado de trabalho. Embora não seja a única solução, a educação é um grande requisito para aqueles que aspiram por um emprego ou pretendem conquistar um melhor espaço dentro dele.

Uma boa formação é exigência principalmente para aqueles que buscam uma mobilidade ascendente dentro de seu emprego, pois a flexibilização entendida como “[...] educar-se permanentemente para adequar-se à dinamicidade da vida social e produtiva” (KUENZER 2000, p. 363), passou a ser atributo de poucos que conseguem se manter ou alcançar uma melhor posição no mercado de trabalho.

Em alguns casos, as empresas assumem a escolarização de seus trabalhadores, fornecendo a eles uma qualificação para que, a partir daí, possam estar aptos às mudanças ocorridas no interior do campo produtivo. Porém, nem sempre ocorre desta maneira, e os trabalhadores que não possuem uma boa formação, perdem grandes chances de ocuparem um

melhor cargo. Como confirma outro entrevistado: “Perdi muita coisa por não ter o 2º grau, no posto eu podia melhorar de cargo, no motel também, mas eu não sabia mexer no computador, podia trabalhar como recepcionista, mas tinha que ter o 2º grau” (sujeito 3).

Para os que possuem uma boa escolaridade, são grandes as dificuldades encontradas para o ingresso no mundo do trabalho, porém para aqueles que não a possuem as dificuldades são ainda mais expressivas. Diante disso, estes sujeitos que não completaram sua trajetória escolar, acabam ocupando postos de trabalho com serviços precários, informais e sem direitos, pois encontram neles uma maior facilidade de se inserirem utilizando-se, principalmente da indicação de terceiros, uma vez que o currículo de baixa escolaridade dificulta a possibilidade, diante da concorrência, da busca pelo espaço de empregabilidade.

Essa questão da indicação de terceiros surgiu na trajetória ocupacional dos entrevistados, como se pode ver, a seguir:

Foi sempre por indicação, alguém trabalhava e me chamava, me apresentava, inclusive em empresas de grande porte eu trabalhei e por meio de indicação. (sujeito 4);

[...] às vezes o currículo nem sempre ajuda, porque uma coisa puxa a outra. Se você tem um grau de escolaridade pequeno, seu currículo não é bom. (sujeito 2).

Confirma-se aqui uma contradição, pois de um lado sabe-se que a educação não resolve a crise do emprego, mas por outro, ela se torna um requisito para o ingresso ao mercado de trabalho, em que os que não a possuem estão, de certa forma, excluídos do mundo produtivo.

A educação vem sendo tratada como uma necessidade urgente e emergente do mercado capitalista, exigindo mudanças na formação profissional. Essa transformação de questões políticas e sociais em questões técnicas é um dos objetivos centrais do pensamento neoliberal. Dessa forma o que se quer é adequar a educação às exigências do mercado.

Existe uma forte ideologização social no discurso quanto à formação escolar, de que através desta “todos” se tornarão empregáveis, porém não se pode considerar que somente a qualificação de trabalhadores vai resolver a crise do emprego. Portanto, ocorre um deslocamento quanto aos objetivos educacionais; prevalecem os objetivos econômicos que transformam educação em “mercadoria”, em detrimento dos objetivos sociais, políticos e culturais. Neste sentido, a principal tarefa da educação passa a ser a empregabilidade. A função da escola no novo padrão neoliberal tem sido selecionar para o emprego. A educação deixa de ser um direito social e passa a ser uma mercadoria que está disponível no mercado.

Na atual Constituição está explícita de forma clara uma nova proposta de educação voltada para o trabalho, assim apresentada:

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzem à: I- erradicação do analfabetismo; II- universalização do atendimento escolar; III- melhoria da qualidade de ensino; IV- formação para o trabalho; V- promoção humanística, científica e tecnológica do País. (BRASIL, art. 214, p. 125).

Assim, estabelece-se e internaliza-se, enquanto ideologia nas classes trabalhadoras e população jovem em geral, a necessidade de se possuir mais qualificação pela educação, enquanto um instrumento condicionador para inserção no mercado de trabalho, por exemplo:

[...] alguma coisa toca dentro de mim de que através dos estudos eu concluindo o 2º grau eu devo conseguir uma coisa melhor dentro do trabalho. (sujeito 2);

[...]eu vi que não tem jeito, que pode correr daqui para ali, arranjar uma profissão boa, mas o mundo pede que você tenha estudo e que você se esforce no dia-a-dia e eu cheguei a essa conclusão não é de hoje, é de muito tempo, mas só reagi agora. (sujeito 8);

[...] a importância de voltar a estudar é para tentar, por dois motivos, a auto-estima e de tentar conseguir um emprego melhor. Porque durante nove anos da minha vida eu trabalhei em comércio, em supermercado e foram nove anos perco. (sujeito 10).

Nota-se, assim, que é inevitável o papel da educação institucional na formação para a cidadania, pois é um requisito fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Nesse panorama a educação aparece como um dos mecanismos capazes de contribuir com esse processo.

Essa busca pela cidadania, pelo reconhecimento enquanto cidadão de direitos e deveres e pelo respeito da sociedade, torna-se presente na fala do entrevistado:

Na vida a gente passa cada coisa, você chega para trabalhar na residência, ouve coisas que você não pode responder, porque e gente está naquele empre-

go ali e precisa daquilo ali. Então tem que ouvir e ficar quieto, então a gente quer melhorar para ser tratada direito. (sujeito 3);
[...] então agora parece que minha auto-estima entendeu, então agora eu coloquei uma coisa na minha cabeça, então eu só paro mesmo o dia em que eu for alguém na vida, que eu tiver uma profissão, eu quero me especializar em alguma coisa, tenho fé em Deus que eu vou conseguir. Nunca é tarde. (sujeito 9).

No entanto tratar a cidadania apenas como condição legal, na qual os indivíduos são portadores de direitos, é restringir e condicionar as possibilidades e os alcances da ação cidadã. Nesse caso educar para o exercício da cidadania, seria apenas passar para todos os direitos que formalmente lhes são reconhecidos.

Porém, um indivíduo não se torna cidadão porque tem conhecimento de seus direitos. A cidadania abrange uma dimensão mais profunda. Nessa dimensão a cidadania é construída socialmente como um espaço de valores, ações, que permitem aos indivíduos um reconhecimento como membros da sociedade. Após a incorporação dos valores e das práticas que definem o campo da cidadania, os indivíduos tornar-se-ão cidadãos conscientes e críticos diante de sua realidade.

A educação é um pré-requisito para a cidadania, pois a luta pelos direitos, para a formação de um cidadão crítico, consciente e com uma boa auto-estima, ocorre também no espaço pedagógico. Por essas razões, a educação deve ser um direito assegurado.

A partir disso, o verdadeiro cidadão estará mais apto para o enfrentamento dos desafios da sociedade e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) precisa assumir seu papel nessa construção do cidadão, que deverá viver eticamente neste mundo global.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, a EJA tem se tornado uma oportunidade para aqueles que se encontram excluídos do direito à educação. Estes procuram na EJA conhecimentos e informações que conduzem à identificação de si mesmos como cidadãos, incluindo aí, a busca pelo direito ao trabalho. Assim, é função da EJA permitir a compreensão do papel dos sujeitos, enquanto portadores de direitos e obrigações, bem como pessoas autônomas, criativas e críticas.

Finalmente, a EJA tornou-se uma grande oportunidade, principalmente para jovens que tiveram uma entrada precoce no mercado de trabalho, e que conseqüentemente, evadiram-se da escola. Estes chegam com expectativas de prolongar a escolaridade tanto para se inserirem no mercado de trabalho como também para resgatarem a auto-estima e construir sua cidadania. A EJA cada vez mais tem se tornado uma alternativa para que os indivíduos possam usufruir a igualdade de oportunidades e alcançar uma vida mais digna.

Vale o que Paulo Freire (*apud* GADOTTI, 1997) diz: a história não é mudada sem conhecimentos, mas devemos educar o conhecimento para interferirmos no mercado como sujeitos, não como objetos. A escola deve levar o conhecimento aos excluídos de forma crítica, porque a “pobreza política” produz “pobreza econômica”. O “analfabeto político” não entende as causas da sua “pobreza econômica”. É preciso que haja uma prática política transformadora. O conhecimento precisa estar associado a um compromisso político em favor da causa dos excluídos.

OCCUPATIONAL PATHS OF STUDENTS ENROLLED IN THE NACES PROGRAM AT CEFET CAMPOS

Queila Cristina da Silva Moraes
Sheila Cabral Viana

This article results from a qualitative research conducted in 2003, with students who left the NACES (Advanced Center for Adult Education) program due to their early entrance in the labor market. The study aimed at analyzing the occupational paths of those students, taking into consideration the aspects which led that group of workers to leave school; the labor market characteristics in which they worked; job change rates; and the career requirements which demanded a higher level of schooling.

KEY WORDS: *Work. Right to education. Employment opportunities.*

4 REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. 24 ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, n.116, jul. 2002. Disponível em: < <http://www.scielo.com.br> >. Acesso em: 17 de set. 2003.

GADOTTI, Moacir. Lições de Freire. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 23, n. 1-2, jan./dez.1997. Disponível em: <http://www.scielo.com.br>. Acesso em: 29 jun. 2004.

GENTILLI, Pablo. Qual educação para qual cidadania? Reflexões sobre a formação do sujeito democrático. In: AZEVEDO, José Clovis de *et al.* **Utopia e democracia na educação cidadã**. Porto Alegre: UFRGS: Secretaria Municipal de Educação, 2000.

GLÓRIA, Dília Maria Andrade. Direito à educação escolar: o discurso da inclusão x a prática da exclusão. **Educar**, Curitiba: UFPR, n. 20, 2002, p. 209-222.

INVERNIZZI, Noala. Trajetórias Ocupacionais de Trabalhadores Precariamente Escolarizados. In: 25ª Reunião anual da ANPED - GT9 Trabalho e Educação. Período de 29 de setembro a 22 de outubro de 2002. Caxambu, Minas Gerais.

KUENZER, Acácia. Educação cidadã, trabalho e desemprego: o possível como caminho para a utopia. In: AZEVEDO, José Clovis de *et al.* **Utopia e democracia na educação cidadã**. Porto Alegre: UFRGS: Secretaria Municipal de Educação, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 6 ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.

PINO, Mauro Del. Política Educacional, emprego e exclusão social. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; GENTILLI, Pablo (Orgs.). **A cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Geovania Lúcia. Educação ainda que tardia: a exclusão da escola e a reinserção em um Programa de EJA entre Adultos das Camadas Populares. In: 25ª Reunião anual da ANPED - GT18 Trabalho e Educação. Período de 29 de setembro a 22 de outubro de 2002. Caxambu, Minas Gerais.